



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS – CAU/GO

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS – CAU/GO

Demonstrações contábeis Referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2023

Conteúdo:

- Balanço patrimonial
- Balanço financeiro
- Balanço orçamentário
- Demonstração das variações patrimoniais
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS – CAU/GO



1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU/GO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista. Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI. O Conselho está localizado na Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25 – Edifício Concept Office – 3º andar – Vila Maria José, Goiânia - GO – CEP: 74.815-465.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.



2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos, ressaltam-se:

3.1 Caixa e equivalente de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.



3.2 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Aplicação – Em atendimento aos normativos emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/GO procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2023.

b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2023.

c) Critério – Foi aplicado o critério proposto pelo CAU/BR, plausível à realidade do CAU/GO, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade. O CAU/GO segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais. A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:



Descrição	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	12	10%
Obras de arte	10	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	14	10%
Salas	25	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.



3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

Registro contábil em 2023 – Após verificações e consultas junto aos Assessores do CAU/GO, optou-se por não realizar a Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2023. Sendo mantido o saldo registrado em 2021.

Base de mensuração – O CAU/GO adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.



3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetarem cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.



As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

I) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

II) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes. Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro. 7 A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.



5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2023
Caixa	0	0
Banco conta movimento	3.207	0
Banco conta arrecadação	0	0
Aplicações financeiras	5.046.373	6.192.271
	5.049.580	6.192.271

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2022	2023
Créditos de anuidades do exercício	1.725.215	1.926.837
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	4.699.208	5.734.769
(-) Provisão para devedores duvidosos	(4.116.839)	(4.861.252)
	2.307.584	2.800.354

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada. Os créditos de curto prazo apresentados na tabela acima demonstram uma elevação em relação ao exercício anterior, o que se deve ao aumento de parcelamentos e da quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2022	2023
Adiantamento de Férias	48.235	0
Devedores da Entidade	0	2.049
Adiantamento Diária Funcionários	0	0
Responsável por Suprimento de Fundos	1.000	1.000
	49.235	3.049

Os créditos acima referem às contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento. Porém nota se que, a conta



responsável por suprimento de fundos, trouxe um saldo do exercício anterior, 2022, pois a prestação de contas não foi apresentada em tempo hábil e a conta devedores da entidade também trouxe um saldo que será detalhado na nota explicativa nº 20.

8. Estoques

	2022	2023
Material de escritório	5.071	5.071
Material de limpeza	2.295	2.295
Outros materiais	27.913	27.913
	35.279	35.279

09. Imobilizado A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	2023	2022
Móveis e utensílios	282.700	125.993	156.707	179.659
Máquinas e Equipamentos	161.012	135.889	25.123	33.778
Instalações	44.467	13.105	31.362	33.660
Utensílios de copa e cozinha	8.356	6.313	2.043	2.545
Veículos	111.700	36.861	74.839	102.664
Equipamentos de informática	184.293	134.176	50.117	46.876
Biblioteca	2.155	1.428	727	201
Imóvel	2.060.000	626.241	1.433.759	1.505.865
Benfeitorias em Salas	461.493	77.002	384.491	399.814
Total	3.316.175	1.157.009	2.159.167	2.305.062



10. Intangível

Líquido Softwares Outros intangíveis

Softwares	Custo	Depreciação Acumulada	2023	2022
Sistemas de Processamento de Dados	16.249	7.764	8.484	9.447
Total	16.249	7.764	10.507	9.447

11. Fornecedores a pagar

Descrição	2023	2022
Outros Fornecedores	0	28.963
Encargos da Folha	0	52.458
Total	0	81.421

12. Obrigações trabalhistas

Obrigações trabalhistas	2023	2022
Férias	224.216	206.112
INSS	48.206	44.314
FGTS	17.937	16.489
PIS/PASEP	2.242	2.061
Total	292.602	268.976

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

13 Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2023	2022
INSS - Funcionários	13.703	0
IRRF - Funcionários	41.095	0
ISS	472	1.589
IRRF/COFINS/CSLL/ PIS A RECOLHER	8.114	7.920
INSS - Terceiros	1.456	1.144
Vale transporte	1.534	1.534
Total	66.373	12.187



14. Provisão para riscos processuais A Entidade é parte envolvida em processos cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Foi constituída provisão, baseadas na estimativa de seus consultores legais, que julgaram possível a probabilidade de perdas financeiras.

Descrição	2023	2022
Cíveis	10.392	10.392

15. Patrimônio Líquido

Descrição	2023	2022
Superávit ou Déficit do Exercício	1.512.016	2.121.890
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios	9.281.890	7.160.000
Ajustes de Exercícios Anteriores	24.081	0
Patrimônio Líquido	10.769.825	9.281.890

16. Partes Relacionadas A Entidade em 31 de dezembro de 2023 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza. Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/GO tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010. No exercício de 2023 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2023	2022
Variação Patrimonial aumentativa (Receita)	5.922.153	5.587.680
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesas)	-4.698.401	-4.132.339
Superavit Patrimonial Apurado	1.223.752	1.455.341
Resultado Orçamentário	2023	2022
Receita Orçamentaria Arrecadada	5.922.153	5.587.680
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesas)	-4.698.401	-4.132.339
Superavit Patrimonial Apurado	1.223.752	1.455.341
Resultado Financeiro	2023	2022



Saldo Disponível Apurado	6.192.271	5.049.581
(-) Pssivo Financeiro	-524.966	-644.754
Superavit Financeiro Apurado	5.667.306	4.404.827

18. Seguros A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

19. Relacionamento com os auditores independentes A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes A conta de devedores da entidade possui um saldo a recuperar no valor de 2.049,53, denominando cancelamento de crédito referente a um valor de dedução da receita que será ajustado no exercício seguinte (2024) pelo fato dele ter sido observado como uma diferença no resultado patrimonial somente após a realização do fechamento do exercício em 31 de dezembro de 2023.

Goiânia/GO, 26 de março de 2023.

João Camilo de Souza
Contador CRC/GO-006897/O